

ÍNDICE

Apresentação e agradecimentos	9
Índice	11
Abreviaturas	13
Introdução	
1. Da escolha do tema	15
2. Delimitação do objecto	20
3. Metodologia	29
I – Conceito, natureza, origens e evolução do controlo parlamentar das finanças públicas	
1. O significado etimológico da palavra controlo ou do “ <i>contra-livro</i> ”	33
2. Etimologia de finanças e financeiro	38
3. Conceito, função, tipos e formas de controlo	39
4. Antecedentes históricos do princípio do controlo parlamentar das finanças públicas em Portugal	62
5. Responsabilidade, cidadania e controlo político	79
II – O controlo das finanças públicas pelo parlamento enquanto princípio constitucional	
1. Considerações gerais	91
2. O controlo financeiro parlamentar – corolário do princípio da separação de poderes	92
3. O controlo parlamentar na Constituição Portuguesa	96
3.1. O controlo parlamentar em geral	96
3.2. O controlo parlamentar das finanças públicas, em especial	113
III – O controlo parlamentar das finanças públicas – análise comparada	
1. Nota preliminar	123
2. Na Alemanha	126
3. No Brasil	132
4. Na Dinamarca	135

5. Nos Estados Unidos da América	138
6. Na França	143
7. No Reino Unido	150
8. O caso do Controlo Financeiro Parlamentar na União Europeia ..	156
9. Nota comparativa	165
IV – O controlo financeiro parlamentar em Portugal	
1. O controlo parlamentar na Teoria do Estado em geral	171
2. O princípio constitucional do controlo parlamentar das finanças públicas	183
3. O <i>accountability</i> – cidadania e representação	186
4. O controlo financeiro parlamentar na prática parlamentar	196
4.1. As Leis de Enquadramento Orçamental	207
4.2. A função do Tribunal de Contas no controlo externo político	210
4.3. Uma nova visão e prática parlamentar pós-1993	214
5. A aparente contradição entre o regime constitucional e a sua prática	219
V – Perspectivas de evolução do controlo parlamentar das finanças públicas em Portugal	
1. Tópicos para uma outra prática parlamentar	227
2. Perspectivas de evolução sobre o controlo parlamentar financeiro em Portugal	227
3. O controlo parlamentar das finanças públicas e os novos desafios do Estado regulador	232
Conclusões	236
Bibliografia	241
	251